

A LINHAGEM SAGRADA DE WESSEX: A CONSTRUÇÃO DE UM MITO DE ORIGEM NA INGLATERRA ANGLO-SAXÔNICA

Elton O. Medeiros
Doutor em História Social – USP
Research Fellow da Universidade de Winchester
marciamanir@hotmail.com

Recebido em: 14/02/2019
Aprovado em: 20/06/2019

Resumo :

Durante o final do século IX, as ações tomadas pelo rei Alfred o Grande foram decisivas para a sobrevivência da Inglaterra anglo-saxônica contra os ataques dos vikings. Seu resgate cultural iria mudar a sociedade anglo-saxônica, reforçando as defesas do reino, a política e possibilitar a unificação da Inglaterra em meados do século X sob o governo do rei Athelstan. Entretanto, a razão principal para este resgate não era cultural, mas espiritual. O plano principal de Alfred era trazer seu povo de volta para próximo de Deus. Para esta tarefa, inspirado por obras como a *Historia Ecclesiastica* de Beda, um mito de origem foi forjado. Um mito que dizia que os anglo-saxões eram os herdeiros espirituais dos hebreus do Velho Testamento e seus reis descendentes de heróis do passado germânico e de uma linhagem sagrada que remontava a um misterioso quarto filho de Noé, ligando sua genealogia a Deus de forma singular.

Palavras-chave : Inglaterra anglo-saxônica – mito – vikings

Abstract :

During the late ninth century, the actions taken by King Alfred the Great were decisive for the survival of Anglo-Saxon England against the attacks of the Vikings. Its cultural rescue would change Anglo-Saxon society, reinforcing the kingdom's defenses, politics and enabling the unification of England in the mid-tenth century under the rule of King Athelstan. However, the main reason for this rescue was not cultural but spiritual. Alfred's main plan was to bring his people back to God. For this task, inspired by works such as Beda's *Ecclesiastical History*, a myth of origin was forged. A myth that the Anglo-Saxons were the spiritual heirs of the Old Testament Hebrews and their kings descended from heroes of the Germanic past and a sacred lineage dating back to a mysterious fourth son of Noah, linking their genealogy to God in a unique way.

Keywords : Anglo-Saxon England – mith – vikings

O PERÍODO ALFREDIANO

Dentro do estudo da Inglaterra anglo-saxônica, uma das figuras mais estudadas é Alfred o Grande, rei de Wessex (c.871-899). Sua importância para a história inglesa é vital para a compreensão de todo o processo de unificação que resulta no nascimento do reino da Inglaterra. Sua iniciativa por uma retomada cultural irá nos proporcionar toda uma carga documental que corresponde a boa parte do material que temos hoje disponível para o estudo deste momento histórico.

A importância de Alfred o Grande para a história da Inglaterra anglo-saxônica é tamanha que utilizaremos a terminologia *período alfrediano* para melhor definirmos o momento que se estenderia do final do século IX, com o governo do próprio Alfred, até início do século XI, quando se inicia a nova onda invasora escandinava na Inglaterra.

Segundo nossa definição, o *período alfrediano* acaba por abranger três aspectos fundamentais: a) a retomada dos territórios ocupados pelos invasores escandinavos e a consolidação do poder de Wessex sobre toda a Inglaterra; b) a reorganização social anglo-saxônica, especificamente da aristocracia que foi fragmentada durante os anos de ataques vikings; e c) a reorganização espiritual cristã do mundo eclesiástico e laico, que também havia passado por um período de crise.

Podemos ainda detalhar o *período alfrediano* como tendo início com a ascensão do rei Alfred o Grande ao trono de Wessex, sua retomada cultural e a reorganização sócio-política da Inglaterra. Vamos nos ater, assim, ao que podemos chamar como a primeira fase do *período alfrediano*: momento marcado pela conquista dos territórios que estavam nas mãos dos escandinavos (a *Danelaw*), culminando com a unificação da Inglaterra e a consolidação do poder político de Wessex sobre todo o reino a partir do ano de 937, com a vitória do rei Athelstan na *Batalha de Brunanburh*.

Quando Alfred assume o trono do reino de Wessex (c. 871), mais da metade da Inglaterra se encontrava sob a ocupação dos invasores vikings. Reinos como a Nothumbria, Anglia Oriental e parte de Mercia haviam sido invadidos, seus reis mortos ou exilados, suas casas reais extintas e sua aristocracia fragmentada. Apenas o reino de

Wessex ainda permanecia relativamente ileso. Assim, aqueles que não haviam perecido ou se aliado aos escandinavos buscaram refúgio nas terras de Wessex. Em função disso, o ponto fundamental que dá início ao *período alfrediano* seria reunir o que havia restado dos demais reinos e reestruturar esta sociedade anglo-saxônica. Para a realização de tal tarefa, dentro do pensamento alfrediano, era essencial que houvesse uma nova postura espiritual. A ideia era de que, assim como os bretões haviam sido punidos por Deus (por terem se afastado da verdadeira fé) com a chegada dos anglo-saxões, agora seria a vez de eles estarem sendo punidos com a chegada dos escandinavos. Os invasores escandinavos nada mais eram que uma punição divina às falhas morais e espirituais do povo.

Sendo assim, Alfred estava decidido a restaurar seu reino àquilo que ele acreditava que uma vez existiu no passado. Um reino de devoção, sabedoria e governado por reis devotos a Deus que mantivessem a paz, a moralidade e a autoridade (SWEET 1958: 1). Desta forma, ele inicia um resgate literário, cultural, religioso e político como forma de estabelecer seu ideal de um reino unido perante Deus, ideal que já era propagado por Beda desde o século VIII em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* e que certamente deve ter influenciado Alfred.

Esta reforma de Alfred inicia-se a partir da década de 880, após sua vitória sobre os vikings na batalha de Ethandun (c. 878). A partir de então, passa a reunir em sua corte mentes de toda a Inglaterra e do continente. Assim são traduzidas para o inglês-antigo diversas obras como a *Regula Pastoralis* de Gregório Magno, a *Consolatio Philosophiae* de Boécio, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda e *Historia Adversum Paganos* de Orosius (KEYNES & LAPIDGE 1983: 28-35). Entretanto, traduções consistiam em apenas uma parte dos projetos de Alfred. Outros trabalhos incluíam obras originais tanto em latim quanto em inglês-antigo como, por exemplo, *A Vida do Rei Alfred* de Asser e a *Crônica Anglo-Saxônica*, quando teve início a sua organização como tal.

Desta forma, como podemos ver de forma sucinta, dentre alguns dos elementos que surgem em decorrência do que também poderíamos chamar de uma “renascença alfrediana” são: a criação de uma “escola da corte” visando à educação laica da aristocracia; a tradução de fontes latinas para o vernáculo; a compilação de uma crônica

detalhando a ascensão de Alfred e da Casa de Wessex; e, conseqüentemente, um código legal que representasse uma continuação das leis dos antigos governantes anglo-saxões e bíblicos (ABELS 1998: 220).

Para Alfred não bastava reforçar o exército e as muralhas das cidades. Para ele, a reorganização religiosa e da educação é que dariam o suporte necessário à esfera militar para a defesa do reino (ABELS 1998: 219), pois através disso os anglo-saxões conseguiriam o verdadeiro auxílio do Senhor. Contudo, além do resgate cultural – e como uma forma de legitimar todas essas iniciativas no campo religioso e político – era necessária a existência de algo mais concreto que desse os alicerces para tais medidas. Em função desses anseios, a partir das iniciativas de Alfred, vamos observar a construção de um mito de origens na Inglaterra dos séculos IX e X. Um mito forjado com o intento de não apenas legitimar o presente, mas que também faria dos anglo-saxões, a partir de Alfred, o novo povo de Israel com um governante inspirado por Deus e descendente da própria divindade.

O NOVO ISRAEL E OS NOAQUITAS

Referente às obras escolhidas pela reforma do rei Alfred, a tradução da obra de Beda o Venerável, a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, para o inglês antigo, é bem interessante quando analisada dentro do contexto do *período alfrediano*. O interesse de Alfred pela obra de Beda estaria no fato dela tratar os anglo-saxões como uma única nação perante Deus e provavelmente esta visão tenha influenciado o rei a conceber o ideal de uma Inglaterra cristã unida (GODDEN & LAPIDGE 1994: 7-8).

Logo na introdução de sua obra, *Vida do Rei Alfred*, Asser nos traz uma imagem muito significativa do rei Alfred e que demonstra essa ideia de uma Inglaterra unida. Ele diz:

(...) *Alfred, governante de todos os cristãos da ilha da Bretanha, rei dos anglos e saxões* (...) (KEYNES & LAPIDGE 1983: 67).

Asser confirma a autoridade de Alfred sobre todas as regiões livres da ocupação escandinava e pagã, e também diferencia a figura do rei em relação aos seus antecessores. O “povo” do qual Alfred se originou, os saxões do oeste, era um grupo que possuía uma origem, costumes e uma descendência em comum. O mesmo não ocorria com os anglo-saxões em geral. De fato, tal expressão (“anglo-saxões”) teria surgido como forma de diferenciá-los dos saxões que ainda habitavam as regiões do norte dos territórios germânicos da atual Alemanha (ABELS 1998: 24), da mesma forma que se referiam aos saxões do continente como os “velhos saxões”.

Ao se colocar como soberano tanto de anglos quanto de saxões, Alfred plantava os alicerces de um novo reino, que buscava unidade política, religiosa, linguística e cultural. Assim, ele criava um “povo inglês” nos moldes do que Beda já falara no século VIII. Podemos ver isso refletido nos escritos de Alfred com a utilização de palavras como *Angeland* ou *England* (“Inglaterra”), *Angelkynn* (povo inglês) e *Englisc* (o idioma inglês) (ABELS 1998: 185). A ideia desta unidade, a qual Alfred se inspirou através da obra de Beda, teria origem em fontes anteriores da cristandade latina e remeteria a um conceito-chave que nos ajuda a entender o pensamento do período alfrediano: o mito do *populus Israhel*.

Em uma de suas homilias, Beda comenta a passagem bíblica das bodas de Caná, quando Jesus se encontra com Natanael:

Perguntou-lhe Natanael: "De Nazaré pode sair algo de bom?" Felipe lhe disse: "Vem e vê". Jesus viu Natanael vindo até ele e disse a seu respeito: "Eis verdadeiramente um israelita em quem não há fraude". Natanael lhe disse: "De onde me conheces?" Respondeu-lhe Jesus: "Antes que Filipe te chamasse, eu te vi quando estavas sob a figueira". (João 1: 46-48)

Em seu comentário exegético, Beda diz sobre o comentário de Jesus ao reconhecer Natanael sob a figueira:

(...) a escolha da Israel espiritual, que é o povo cristão.¹

O que complementa seu comentário anterior no mesmo texto:

*Ó, que grande esperança de salvação está aberta por esta ordem de nosso Redentor para aqueles de nós que vieram para a fé dos gentios! Pois se ele é verdadeiramente um israelita que caminha como um ignorante do engano, os judeus, apesar de fisicamente descenderem de Israel, já perderam o nome de israelitas, como muitos degeneraram em seus corações da simplicidade de seu patriarca. **E nós fomos aceitos entre os descendentes dos israelitas, desde que, embora de acordo com a carne nós temos nossa origem de outras nações, contudo pela verdadeira fé e pela pureza do corpo e da alma, seguimos os passos de Israel.***²

Com essas palavras, Beda se apropria de um elemento da tradição cristã que será fundamental para a construção de um mito histórico social (SCHEIL 2007: 96-97 e 106), um mito de origem que persistirá durante todo período da Inglaterra anglo-saxônica. Esta história do povo judeu, de apostasia e restauração de Israel (FRYE 1981: 169), forneceu um modelo importante para os anglo-saxões.

A expulsão do Éden, a libertação do cativo no Egito, a chegada à Terra Prometida, a conquista do Império Romano e a destruição do Segundo Templo, a expulsão de Jerusalém, entre outros episódios, revelam o ciclo de ascensão e queda, de angústia e redenção, que acaba por se integrar a uma *Heilsgeschichte* (“história da salvação”) como um importante modelo da hermenêutica cristã (FRYE 1981: 171). Assim, a imagem do “povo de Israel” (quase como uma personagem propriamente dita) surge como um exemplo, um mito de origem, para as sociedades medievais do ocidente. Este mito do *populus Israhel* se apresenta como um mito no sentido de dizer à sociedade o que é importante para ela saber sobre seu passado, seu destino, sua história, suas leis e costumes (SCHEIL 2007, pp. 104-105).

De forma geral, o mito do *populus Israhel* possui dois componentes principais: o discurso “épico” sobre o “Novo Israel” cristão e o discurso em forma de elegia sobre o

“Velho Israel”. Estes dois elementos servem como forma exemplar positiva (a proteção divina e a ascensão de um povo) ou negativa (a ira de Deus e a punição) (SCHEIL 2007: 106-107).

Na *Historia Ecclesiastica* de Beda, o mito do *populus Israhel* surge não apenas como retórica da tradição cristã, mas como um conceito a ser usado na construção de uma *gens Anglorum* como um “Novo Israel” (BROWN 2003: 351). O texto é claro ao narrar a queda dos bretões e a chegada dos anglos e saxões. A ideia é de que Deus está punindo os bretões por sua apostasia, da mesma forma como Deus puniu os hebreus no Velho Testamento. Entre outros exemplos que reforçam isso, Beda revela que, após um ataque malsucedido dos pictos, teria ocorrido uma colheita com grande abundância nos campos como nunca antes se tinha visto na ilha, mas que isso foi seguido por uma onda de luxúria e muitos outros crimes e pecados, o que levou ao declínio dos bretões, que se entregaram à bebida, ao ódio, lutas e inveja.³ Beda então relata os infortúnios que se seguem, com novos ataques de invasores (pictos) e o convite do rei Vortigern para que os saxões venham ajudá-los, e mais tarde os conflitos entre bretões e os saxões. Neste ponto, Beda compara o infortúnio dos bretões com a queda de Jerusalém:

*(...) desta forma, para ser breve, o fogo uma vez aceso nas mãos dos pagãos tomou a justa vingança de Deus da corrupção do povo, não muito diferente daquele fogo dos caldeus que uma vez incendiou, consumiu os muros e os prédios de Jerusalém.*⁴

Beda assim conta sobre a queda do “Velho Israel” (os bretões) devido a sua apostasia, a invasão dos saxões permitida por Deus como a justa punição e o surgimento do “Novo Israel” personificado pelos anglo-saxões. Para tal tarefa, Beda vai buscar os elementos de que precisava nos escritos de Gildas e, talvez sua maior fonte inspiradora, na obra de Eusébio de Cesareia.

Composta em grego, a *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesareia (c. 263-340), traduzida para o latim por Rufino de Aquileia (c. 345-410), teria servido com um dos principais modelos para Beda elaborar sua história eclesiástica da Inglaterra. O

texto de Eusébio desempenha um papel importante dentro da cristandade do século IV ao fornecer um ar de antiguidade à religião cristã através da história do povo judeu. Para legitimar a história do cristianismo, ele se apropria do passado judaico, criando assim um novo tipo de história que não está mais restrita ao povo judeu, mas a toda a cristandade. Dentro deste processo interpretativo, os hebreus do Velho Testamento perdem seu caráter judaico original e tornam-se numa prefiguração do povo cristão, da Igreja. Os hebreus eram o povo que primeiro estabeleceu a aliança com Deus e cuja história era o prenúncio da vinda de Cristo. Já os judeus do Novo Testamento permanecem como os inimigos de Cristo, o “Velho Israel” que se afastou de Deus; enquanto o “Novo Israel” surge na figura da Igreja e do povo cristão.

Vemos aqui uma das primeiras manifestações do *populus Israhel*: a ideia de que Israel não se limita mais a apenas um povo (os judeus), mas a todo aquele que Deus escolher como seu protegido. Da mesma forma que Ele estabelece a aliança com o “Novo Israel”, também pune o “Velho Israel” que vai contra Suas leis e se afasta de sua palavra. O mito do *populus Israhel* possui então a ideia de povos e nações que existem num tempo cíclico de ascensão e queda (SCHEIL 2007: 111-119): para que um Novo Israel surja, é necessário que um Velho Israel pereça. O conceito volta a aparecer em outros autores cristãos como Orósio (c. 385-420, em sua *Historiae Adversum Paganos*, a qual o rei Alfred traduziu) e Salviano de Marselha (c. 439-451, em sua obra *De gubernatione*) (SCHEIL 2007: 119-142).

Na Inglaterra, a presença do *populus Israhel* é introduzido na obra de Gildas, *Excidio et Conquestu Britanniae*, que narra em tom de lamento o fim da Bretanha romana e as invasões germânicas em meados do século V. Em sua obra, o autor narra as adversidades e a tentativa de resistência do povo frente à onda invasora de anglos e saxões, como um teste divino imposto aos bretões (SCHEIL 2007: 143-144). Gildas utiliza as atribulações dos hebreus do Velho Testamento como um espelho para a Bretanha de sua época.⁵ Ele se coloca na mesma posição que os profetas veterotestamentários frente às atitudes de seu povo,⁶ como um crítico de sua época que, por meio das profecias do Velho Testamento e sua história, revela o padrão dos acontecimentos que se seguem, as origens da ordem presente e o fim inevitável que se aproxima devido à afronta à Lei divina (SCHEIL 2007: 144). Culpa os clérigos por não

terem feito nada para impedir essa situação e o estabelecimento de uma “Israel espiritual”.⁷ Podemos dizer que, para Gildas, os bretões representavam Israel dos últimos dias, que estava sendo posto à prova por Deus.⁸

A Bretanha de Gildas foi derrotada, tornando-se a Inglaterra. Beda compartilha da visão de Gildas ao ver os bretões como um povo que, por seus pecados e pela estupidez de seus líderes, atraiu para si a ira divina, permitindo seu fim. Por outro lado, os invasores anglo-saxões, que serviram como o instrumento de Deus para a queda dos bretões (o Velho Israel), ao migrarem para a ilha e ocuparem seus territórios, tornam-se os novos escolhidos, o Novo Israel, submetidos à vontade divina e propensos ao mesmo binômio apostasia-redenção que as demais nações ao longo da “História Sagrada” cristã (SCHEIL 2007: 147).

Outro autor da Inglaterra anglo-saxônica onde encontraremos a ideia do *populus Israhel* será Alcuíno de York. Em seu poema *Versus de patribus regibus et sanctis Euboricensis ecclesiae*, Alcuíno conta a história da cidade de York e escreve sobre o período das invasões dos anglo-saxões e da ocupação da cidade. Diferente da obra de Gildas, os anglo-saxões que chegam à Inglaterra não são tratados simplesmente como o flagelo de Deus sobre os bretões, mas como os verdadeiros escolhidos do Senhor. No poema é dito que, antes dos anglo-saxões chegarem à ilha, ela era habitada pelo *gens pigra Britonum* (“preguiçoso povo dos bretões”), enquanto que os anglo-saxões eram um povo *antiqua, potens bellis et corpore praestans* (“antigo, poderoso na guerra e superior em corpo”). Os anglo-saxões não são mais tratados como simples instrumentos de Deus, mas já estão dentro do mito do Novo Israel.

Na poesia anglo-saxônica também encontraremos a presença deste mito do *populus Israhel*. Dentre as diversas composições de perfil religioso, podemos encontrá-lo em uma das maiores obras poéticas do gênero, os poemas do manuscrito *Codex Junius IX*: os poemas *Gênesis*, *Êxodo*, *Daniel* e *Cristo & Satã*.

No poema *Gênesis* nos é contado sobre a origem do povo hebreu:

*E Sem gerou uma hoste de filhos e filhas nascidos livres,
e, após muitos invernos, foi para seu último descanso.*

Naquela tribo os homens eram bons! Um dos filhos de Sem era Eber, e dele surgiu um incontável povo que todos os homens que habitam na terra chamam hebreus. Eles partiram para o leste, levando com eles todo o sustento, seu gado e seus bens. Era um povo destemido! Os heróis buscaram por uma terra acolhedora, um povo andarilho, em uma grande multidão, e por fim escolheu um local para se fixar. Por toda parte nos tempos de outrora os príncipes daquele povo, com seus amados homens, se estabeleceram em Sinar, uma terra de planícies verdes e vales agradáveis. E naqueles tempos eles prosperaram, e tiveram abundância de todas as boas coisas. (Gênesis vv. 1640-1660)

Temos aqui a imagem do povo escolhido chegando à terra sua por direito, e as benesses, a fartura. O quadro de glória do povo hebreu, mas que logo começa a decair. Logo surgem desavenças, seguido da afronta contra Deus:

Lá então muitos homens clamaram a seus amigos, e um príncipe destemido impeliu a outro, que, antes que a sua multidão, as tribos de seu povo, tivessem de ser divididas novamente sobre a face de todo o mundo em busca de terra, eles deveriam construir uma cidade à sua glória e erguer uma torre até as estrelas do céu, para ser um sinal que eles buscaram a terra de Sinar, onde antes os poderosos líderes do povo bem viveram. E eles buscaram por homens para este trabalho e feito pecaminoso, em um orgulho inconsequente mostrando assim sua força. Ambiciosos por glória, eles ergueram a cidade com suas mãos, e construíram uma escada até o céu, e em seu esforço vão construíram um muro de pedra além das medidas dos homens. (Gênesis vv. 1661-1678a)

Vemos que os hebreus neste episódio representam um exemplo clássico do *populus Israel*. Os descendentes de Sem são poderosos e se estabelecem em terras boas que lhes oferecem de tudo. No auge de sua glória, ofuscados por sua bem-aventurança, eles decidem erguer uma obra em honra a si mesmos e de seu poder: a Torre de Babel. Tomados por seu orgulho, eles erguem sua obra frente a Deus, o que marca sua queda.

O modelo do *populus Israhel* assim se cumpre. Um glorioso povo, abençoado por Deus, após gozar de um período de ordem e abundância, deixa-se levar pelo orgulho e pela vaidade e traz sobre si a ira divina. Para completar, após a punição divina e a divisão do povo, o ciclo recomeça com a aparição de Abraão à narrativa:

Então Abraão e Ló cresceram de forma excelente frente ao Criador assim como era da natureza de sua linhagem. Por isso agora os homens proclamam suas virtudes amplamente entre os filhos dos povos. (Gênesis vv. 1714-1718)

A linhagem de Abraão volta a aparecer no poema *Êxodo* como forma de legitimação dos hebreus no papel do povo escolhido: sua origem épica e a justificativa de sua presença dentro da História Sagrada, por ser o povo “honrado perante Deus” (*onriht godes*):

Cada um conhecia o direito de nascença da tribo, a linhagem dos nobres, assim como Moisés determinou. Havia um pai deles, amado líder do povo, que recebeu o direito à terra, sábio de coração, amado por seus parentes. Gerou uma valente linhagem de homens, um patriarca, uma tribo sagrada, o povo de Israel, honrados por Deus, assim como inteligentemente os antigos contavam, a origem dos homens, a realeza paterna de cada um. (Êxodo vv. 351b-361)

Encontramos representados nesses versos os elementos principais que compõem o mito do *populus Israhel*: grande valorização nas origens e linhagens, a terra entregue por Deus, o povo escolhido e os poderosos líderes que o comandam (SCHEIL 2007: 162).

Essa ideia do *populus Israhel*, presente na obra de Beda, é extremamente importante para compreendermos o surgimento de um ideal de unificação política e religiosa durante o período alfrediano. Alfred teria então se inspirado neste ideal através

de Beda e de sua ideia de uma *gens Anglorum*: a ideia de uma Inglaterra unida, um único povo anglo-saxão e uma única fé cristã, frente a um inimigo pagão, da mesma forma que os hebreus do Velho Testamento enfrentaram por diversas vezes.

O mito do *populus Israhel* parece atraente e se encaixa com o pensamento político e religioso do período alfrediano. Contudo, há outro elemento que reforça a ideia desta construção ideológica de ver a Inglaterra anglo-saxônica como o Novo Israel. Elemento este que está relacionado com sua ancestralidade e a árvore genealógica da Casa de Wessex, não apenas legitimando o poder divino de seus reis como ligando-os diretamente à figura bíblica de Noé (e, conseqüentemente, de Deus).

Os anglo-saxões tinham um conhecimento concreto de sua filiação e ligação com saxões do continente, o que contribuiu para a elaboração e construção das genealogias régias modelares. A importância dessas genealogias está tanto no campo religioso quanto político e um dos principais modelos seria a linhagem de Cristo, descrita no evangelho de Mateus.⁹ O simbolismo das genealogias serve para justificar boas e más condutas por seus descendentes, como a de Jesus (da linhagem de Davi), e como a do monstro Grendel, no poema *Beowulf* (descendente da linhagem de Caim) (ANLEZARK 2002: 13-14).

Durante o período alfrediano temos a construção de uma genealogia que combina as personagens bíblicas com as do passado germânico e, como elo entre estas duas tradições, está a figura de um suposto “quarto filho de Noé” (ANLEZARK 2002: 17-18).

Sob uma análise mais apurada, podemos dizer que a *Crônica Anglo-Saxônica* seria muito mais um registro da Casa de Wessex e sua ascensão do que da história da Inglaterra. Ela parte de um contexto mais amplo e se foca cada vez mais nas informações a respeito de Wessex. É natural que isso ocorra, uma vez que é justamente com a ascensão de Wessex que seus registros se tornam mais precisos. Entretanto, não é apenas isso o que ocorre. Há uma construção ideológica em seus registros.

Ao consultarmos a *Crônica Anglo-Saxônica* a respeito do ano de 855 (referente ao manuscrito A, também conhecido como o “Manuscrito de Winchester”), teremos algumas informações a respeito de Æthelwulf, rei de Wessex. Nesta passagem da

Crônica é dito que os pagãos (os vikings) teriam se estabelecido em Sheppey durante o inverno, que o rei concedeu por decreto a décima parte das terras do reino em honra do Senhor e que ele também teria ido a Roma e lá permanecido por um ano. Entretanto, é o que segue a estas informações que devemos prestar a devida atenção:

E dois anos após ter retornado da França, ele morreu, e seu corpo foi sepultado em Winchester, e ele havia reinado por 18 anos e meio. E Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild era irmão de Ine, rei dos Saxões do Oeste, que manteve o reino por 37 anos e que mais tarde foi para junto de São Pedro e findou sua vida lá. E eles eram filhos de Cenred. Cenred era o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic. Cerdic era o filho de Elesa, o filho de Esla, o filho de Gewis, o filho de Wig, o filho de Freawine, o filho de Freothogar, o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frealaf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat, o filho de Tætwa, o filho de Beaw, o filho de Sceldwa, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de Scaef, i.e. o filho de Noé. Ele nasceu na arca de Noé. Lamech, Methuselah, Enoch, Jared, Mahalaleel, Cainan, Enos, Seth, Adão o primeiro homem e nosso pai, i.e. Cristo. (Amén.) (WHITELOCK, 1961: 44)

Podemos observar aqui a importância da ancestralidade da linhagem real. Ao pegarmos outras referências da *Crônica* é interessante vermos essas construções genealógicas e a relação com a cristianização dos primeiros reis saxões. Encontraremos, por exemplo, a referência ao nome de Woden claramente indicando uma provável origem divina da família ligada à figura do deus Woden, o Wotan dos germânicos, ou o Odin dos escandinavos.

Contudo, podemos notar que uma ascendência mais extensa e, em especial, com certos nomes em específico, aparecem na *Crônica Anglo-Saxônica* apenas no registro

sobre o rei Æthelwulf. Outro fato, que será de grande relevância para analisarmos, é que Æthelwulf nada mais era que o pai de Alfred o Grande.

A *Crônica*, como nós a temos hoje, é a união de vários relatos feitos durante toda a história da Inglaterra que acabaram por serem reunidos numa única obra. Existem sete versões conhecidas. Até o reinado de Alfred, os relatos são esparsos e muitas vezes confusos, informando apenas os nomes de imperadores romanos, santos, papas e mais tarde os primeiros reis saxões a se fixarem na Inglaterra. Foi Alfred quem ordenou uma melhor organização dos registros, isto ocorrendo em torno do ano de 890, marcando justamente a ascensão da casa de Wessex. Podemos dizer que de certa forma a *Crônica* faz de forma secular e do ponto de vista de Wessex o que a *História Eclesiástica* de Beda começa a fazer ao contar sobre a unidade dos povos da Inglaterra (ABELS 1998: 17).

Por volta do ano de 980 temos um novo documento na região de Wessex. O documento em questão é a *Chronicon Æthelweardi* (*Crônica de Æthelweard*). Sua autoria é dada a *earl* Æthelweard, descendente de Æthelred I, irmão de Alfred o Grande. Desta forma, Æthelweard seria membro da família real e da casa de Wessex.

A *Crônica de Æthelweard* (que no início nos diz que dedica sua obra a sua prima Mathilda, abadessa de Essen, a qual era neta de Otto I e Edith, filha de Edward I o Velho) teria sido feita a partir de um exemplar da *Crônica Anglo-Saxônica*, sendo então traduzida para um latim extremamente confuso e com adaptações do inglês-antigo. Assim como a *Crônica Anglo-Saxônica*, a obra de Æthelweard também faz um relato anual dos principais acontecimentos, até o reinado do rei Edgar. Referente ao ano de 855, seu relato é muito semelhante ao encontrado na *Crônica Anglo-Saxônica*. Aqui também encontramos os relatos sobre os vikings acampados em Sheppey, a doação de terras ao serviço do Senhor e a viagem do rei a Roma. Entretanto, com relação à ascendência de Æthelwulf encontramos certas diferenças muito interessantes ao final da genealogia a partir do nome de Beow:

(...) o décimo sétimo Beo(w), o décimo oitavo Scyld, o décimo nono Scef. E este Scef chegou com um barco

pequeno na ilha do oceano que é chamada Scane(y), com armas em torno de si, ele ainda um jovem garoto, e desconhecido para o povo daquela terra. Mas ele foi recebido por eles, e acolhido por eles, e o aclamaram rei; e desta família se origina a descendência do rei Æthelwulf. (CAMPBELL, 1962: 32-33).

Assim como na *Crônica Anglo-Saxônica*, o único relato a respeito de uma linhagem desta natureza em toda a obra é este. Além disso, podemos inclusive encontrar ligações destas genealogias com elementos lendários do passado germânico, como os nomes de Beow, Scyld e Scef, além da versão sobre a chegada de Scef numa suposta ilha chamada Skane ou Skaney, onde se torna rei, o que remete à narrativa do poema *Beowulf* e à linhagem dos reis dinamarqueses citados em seus primeiros versos.

Antes de tecermos maiores considerações, vejamos outro documento do mesmo período. Trata-se justamente da *Vida do Rei Alfred* de Asser. Este monge galês de St. David, que serviu ao rei Alfred, tornando-se mais tarde bispo de Sherbone, em sua *Vida do Rei Alfred*, ao se referir à linhagem do rei, nos relata uma linhagem quase idêntica ao das *Crônicas* e ao final da linhagem de Alfred encontraremos:

(...) o filho de Beaw, o filho de Sceldwa, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de Seth, o filho de Noé, o filho de Lamech, o filho de Methuselah, o filho de Enoch (filho de Jared), o filho de Mahalaleel, o filho de Cainan, o filho de Enos, o filho de Seth, o filho de Adão. (KEYNES & LAPIDGE 1983: 67).

É a clara reconstrução de uma ascendência legitimada pelas figuras míticas, ou mito-históricas, que a compõe. Como o rei Alfred acaba por descender do rei Ingild e de seu famoso irmão Ine, que trouxe grande honra à sua família; de Ceawlin, a quem Beda se refere como senhor de todas as terras ao sul da Inglaterra; Cerdic, fundador da Casa de Wessex; Woden, principal deus do passado pagão, transformado numa fonte cristã das realidades germânicas e descendente de Noé, Matusalém e do próprio Adão. Asser,

assim como os autores da *Crônica*, ao elaborar estas genealogias para a Casa real de Wessex tinha certamente como modelo a genealogia de Jesus¹⁰ e Salomão. Toda esta documentação abrange um período em torno de cem anos, indo de 890 até 980 aproximadamente. E a pergunta que fazemos é: uma vez que estas seriam passagens únicas dentre as demais fontes, por que ocorreu este acréscimo de ancestrais? Qual seria sua função?

A primeira hipótese que podemos levantar é de que era importante para Alfred e para a casa de Wessex a construção dessa linhagem. Com relação à Woden e aos demais, podemos compreender como uma forma de legitimação do poder real por meio de um personagem remanescente dos tempos pagãos. Temos a imagem do antigo deus adaptado a uma forma cristianizada, humanizada, na nova forma de um ancestral nobre legítimo. O que teríamos talvez fosse o interesse da Casa de Wessex (em especial de Alfred e seus descendentes) em vincular sua linhagem com a dos escandinavos, dando-lhes prestígio e autoridade sobre seus líderes. Além disso, e o mais importante, ao remontar sua linhagem até os ancestrais bíblicos, Alfred se diferenciava dos demais reis saxões que o precederam (ABELS 1998: 28). Através disso, ele legitimava sua autoridade e daqueles que viessem depois dele sobre uma população cristã unida na Inglaterra.

Ainda sobre a *Crônica Anglo-Saxônica*, a narrativa é construída de modo a colocar Alfred em destaque e da melhor forma possível (ABELS 1998: 17). Outro fato importante é o de que, apesar de exaltar a ascendência de seu pai (o que legitima automaticamente a sua), os irmãos de Alfred são geralmente citados de forma breve e sem grande entusiasmo. O foco sempre é Alfred, sua relação de lealdade para com os lordes locais e demais guerreiros e a apologia sobre a legitimidade do poder do rei.

Voltando à linhagem do rei Æthelwulf e de Alfred, vamos nos ater a um nome em específico que seria o ponto onde a Casa de Wessex deixa de ser apenas mais uma das casas régias da cristandade ocidental e se torna diferenciada em sua importância através do nome de “Sceaf”.

Os anglo-saxões sabiam da tradição que todas as nações do mundo descendiam de Noé e sobre a história do Dilúvio,¹¹ e da ascendência de Noé até Adão. A elaboração

criada na Inglaterra vem dentro da narrativa bíblica a partir do fim do episódio do Dilúvio, quando é relatado sobre os filhos de Noé e a origem dos patriarcas.¹² Dentro da tradição cristã, esta passagem da Bíblia explica o povoamento do mundo, tendo os filhos de Noé descendentes em cada um dos continentes. Dos filhos de Sem teriam surgido os povos da Ásia, de Cam os povos da África e de Jafé os europeus (ANLEZARK 2002: 14-15).¹³

Assim como os demais povos germânicos, os anglo-saxões tinham grande interesse por seus ancestrais e suas linhagens. Para tanto, seus reis costumavam remontar suas ancestralidades aos antigos deuses e heróis do passado pagão. Contudo, a Bíblia (especificamente o livro do Gênesis) não fornecia qualquer relato sobre as origens dos povos germânicos, e muito menos dos anglo-saxões, além da interpretação sobre Jafé como o grande patriarca dos povos da Europa. Desta forma, esta lacuna genealógica poderia ser preenchida através de uma criativa elaboração. Na Inglaterra do período alfrediano isso se deu com a criação da figura do quarto filho de Noé, que teria nascido dentro da arca durante o Dilúvio (ANLEZARK 2002: 17-18).

Este quarto filho de Noé, que na *Crônica Anglo-Saxônica* e na *Crônica de Æthelweard* surge como “Sceaf” e “Scef”, e na *Vida do Rei Alfred* como “Seth”, não aparece em mais nenhuma outra fonte genealógica do período. Sua existência no final do século IX surge em Wessex exatamente durante o período de ascensão de sua casa real como a autoridade máxima para as áreas livres da ocupação escandinava (ANLEZARK 2002: 26). Em *Beowulf* temos a figura do rei Scyld Scefing (“Scyld filho de Scef”) como o fundador da linhagem dos reis da Dinamarca, e no poema *Widsith* há referência ao rei Scafa dos lombardos (*Widsith*, verso 32b: “Scafa Longbeardum”). É possível que o nome remonte a alguma personagem do folclore e da mitologia germânica, mas qualquer outro indício de sua sobrevivência em outras fontes é dúbio (ANLEZARK 2002: 27), principalmente com sua possível relação com a figura de Noé.

Uma possível explicação para o aparecimento deste quarto filho de Noé poderia estar ligada à literatura apócrifa. Poderíamos remeter inicialmente ao *Apocalipse de pseudo-Metódio*. Este livro seria conhecido na Inglaterra anglo-saxônica, sendo citado em fontes como o *Hexateuco em inglês antigo*, e nele seria contada a história de que Noé teria um quarto filho de nome Jonitus que “teria sido criado para exercer um papel

especial que os filhos bíblicos de Noé não poderiam” (ANLEZARK 2002: 27-28). Segundo a narrativa apócrifa, Jonitus teria sido enviado por seu pai para o leste, mas não se envolveu na construção da Torre de Babel e acabou recebendo sabedoria e ensinamentos esotéricos diretamente de Deus.¹⁴ Assim, pode-se pensar que um genealogista anglo-saxão não precisaria inventar a ideia de um quarto filho de Noé, pois já seria corrente nos textos da Inglaterra da época (ANLEZARK 2002: 28); talvez influenciada pela história de Sceaf como aquele que veio de mares desconhecidos ainda criança num barco (como aparece em *Beowulf*), idealizou que o primeiro de seus reis teria de fato nascido num barco e o associou a Noé. Entretanto, a fonte deste Jonitus como a origem para a ideia do quarto filho de Noé não seria de todo consistente. Não há como saber se o *Apocalipse de pseudo-Metódio* era de fato assim tão conhecido na Inglaterra do século IX, pois para a inclusão de tal elemento na genealogia da Casa de Wessex não bastaria que seu autor conhecesse a história apócrifa, mas que outros também soubessem dela para que isso fizesse sentido ao ponto de ir contra a tradição patrística (ANLEZARK 2002: 28-29). Além disso, no texto apócrifo é descrito quando teria ocorrido o nascimento do quarto filho de Noé. É explicitado que apenas oito pessoas saíram da arca e que apenas no “centésimo ano do terceiro milênio um filho nasceu de Noé, exatamente como ele, e seu nome era Jonitus” (ANLEZARK 2002: 29).

Para a construção da genealogia de Alfred ligada ao quarto filho de Noé, seria necessário não apenas contradizer a tradição bíblica de apenas três filhos, como ligar este quarto filho à figura de Sceaf, e também contradizer o próprio texto apócrifo que diz claramente que o filho de Noé não nasceu na arca. Ainda assim, a ideia de que Noé havia tido mais de três filhos era corrente e sua origem pode ter sido inspirada por uma literatura apócrifa na Inglaterra.

Outro livro apócrifo que relata o nascimento de um quarto filho de Noé é o *Livro da Caverna dos Tesouros*, escrito em siríaco do século VI, e nele nos é apresentado a personagem de Jonton (Jonitus). A ligação deste com o outro livro apócrifo é a de que o *Apocalipse de pseudo-Metódio* na verdade é uma cópia latina, derivada de uma versão em grego, inspirada no *Caverna dos Tesouros* (ANLEZARK 2002: 29-30). O relato sobre o quarto filho de Noé no *Caverna dos Tesouros* diz:

Nos dias do gigante Nimrod, apareceu um fogo que saía da terra. Então Nimrod desceu, viu o fogo e invocou-o: e estabeleceu sacerdotes para lá prestarem serviço e esparzir incenso. Desde aquele tempo, os persas começaram a venerar o fogo, até os dias de hoje (...) Nimrod foi a Jokdora, que vem a ser Nod. Quando chegou junto ao mar, encontrou ali Jonton, filho de Noé. Ele desceu e banhou-se nesse mar, depois ofereceu um sacrifício e adorou Jonton. Então disse-lhe Jonton: "Tu és rei, e a mim veneras?". Respondeu-lhe então Nimrod: "Por tua causa eu vim até aqui". Então Jonton ensinou a Nimrod a sabedoria e a ciência dos oráculos e disse-lhe: "Não tomes mais a mim!" (PROENÇA 2005: 225)

Este original siríaco teria sido concebido como um livro genealógico para explicar claramente a descendência dos patriarcas do Velho Testamento (sendo também intitulado *O Livro da Ordem e da Sucessão das Gerações*) e nele, diferente do outro livro apócrifo, não é feita qualquer menção de quando ou onde ocorreu o nascimento deste outro filho de Noé (ANLEZARK 2002: 30). Assim, a ideia do quarto filho de Noé pode ter vindo para a Inglaterra anglo-saxônica através do *Caverna dos Tesouros* em siríaco. Detalhes e informações específicas da narrativa desse livro aparecem em comentários e estudos bíblicos associados à escola de Canterbury e à figura do arcebispo Teodoro (BISCHOFF & LAPIDGE 2007: 236-237). Como Teodoro conhecia siríaco, é muito provável que ele também conhecesse a tradição bíblica siríaca e tenha levado algo com ele para a Inglaterra no século VII.¹⁵ Desta forma, é possível que a ideia do quarto filho de Noé, dentro de um texto sobre genealogias bíblicas, tenha sido introduzida na Inglaterra através de um dos mais importantes centros culturais da história anglo-saxônica e mais tarde essa ideia tenha se mesclado com algum mito de origem do passado germânico, dando origem a figura de Scaef como o quarto filho de Noé.

Desta forma, a casa real de Wessex reclamava sua ancestralidade através de uma linhagem à parte das linhagens bíblicas convencionais. Os reis de Wessex, assim como outros da cristandade, eram descendentes de Noé como todo o resto da humanidade. Contudo, diferente dos demais, eles não descendiam de Jafé, Cam ou Sem, mas de outra linhagem em particular. Uma linhagem sagrada especial.

A fusão de uma ancestralidade da tradição germânica com o mundo bíblico através de um suposto quarto filho de Noé, que aparece justamente no final do século IX, sugere então que houve uma elaboração ideológica por parte do governo do rei Alfred, estabelecendo um relacionamento especial com Noé (o “segundo pai” da humanidade) e com Deus (ANLEZARK 2002: 33-36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com exceção da *Crônica de Æthelweard*, nenhuma outra fonte mais tardia faz qualquer alusão a alguém chamado Scef/Sceaf/Seth como ancestral da Casa de Wessex ou como filho de Noé. Pelo contrário, Ælfric de Eynsham, já no fim do século X, e com a reforma beneditina, reafirma a linhagem de Noé através de seus três filhos apenas e renega a ideia de um suposto quarto filho, considerando-a apócrifa (ANLEZARK 2002: 36-42). Desta forma, Ælfric contradiz as genealogias régias de Wessex. Entretanto, devemos lembrar que Ælfric e outros estavam preocupados com os aspectos teológicos de interpretação das Escrituras, enquanto que o que importava para as genealogias dos reis seriam seus aspectos de legitimação política.

A partir do final do século X a ideia da linhagem do quarto filho de Noé nas genealogias régias desaparece por completo. A explicação para isso está aliada ao mito do *populus Israhel*. Primeiramente, o cenário sociopolítico da Inglaterra entre o final do século IX e meados do X é completamente diferente do que temos no final do século X e início do XI. Durante os reinados de Alfred, Edward, Athelstan e seu irmão Edmund, ocorre a conquista e submissão dos territórios sob ocupação escandinava e a unificação do reino inglês. Assim, é construído um mito de origem na Inglaterra, onde os anglo-saxões são o novo povo escolhido, o Novo Israel, e onde seus reis possuem uma ascendência singular com os patriarcas do Velho Testamento e com Deus. Com a onda invasora de pagãos escandinavos, podemos argumentar que o rei Alfred e aqueles que o cercavam, viam a Inglaterra passando pelas mesmas atribulações que ocorreram nos tempos dos bretões e as mesmas que os hebreus sofreram no Velho Testamento quando

se afastaram de Deus. Sendo assim, a Inglaterra estava sendo testada pelo Senhor e, sendo o Novo Israel, Alfred lança suas iniciativas de reforma com a preocupação de restabelecer a lei divina e a ordem que provem do Senhor. Temos então o modelo do *populus Israhel* aplicado à Inglaterra anglo-saxônica e auxiliado pela construção de uma genealogia sagrada especial.

Podemos então dizer que um dos alicerces das reformas de Alfred e do período alfrediano seria esta visão do povo anglo-saxão como uma unidade eclesiástica e secular, por base no princípio de que eles seriam o “novo povo de Israel”. Portanto, era necessário reestabelecer a ordem divina, para que não tivessem o mesmo destino do “Velho Israel”. Assim, Alfred e seus descendentes, por meio da construção de um mito de origem, se tornavam membros de uma linhagem sagrada e líderes do novo povo escolhido por Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação

- BEDE (trad. Calvin B. Kendall), 2008. *On Genesis*, Liverpool: Liverpool University Press.
- _____, 1965. *Homeliae. Homeliarum Evangelii Libri II*, Turnhout: Brepols.
- _____, 2006. *Ecclesiastical History of the English Nation: Books I – III* (Loeb Classical Library), Cambridge: Harvard University Press.
- _____, 2006a. *Ecclesiastical History of the English Nation: Books IV – VI* (Loeb Classical Library), Cambridge: Harvard University Press.
- CAMPBELL, Alistair (ed. trad.), 1962. *Chronicon Æthelwardi*, Londres: Thomas Nelson & Son.
- KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.), 1983. *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*, Londres: Penguin.
- KLAEBER, Frederick (ed.), 1950. *Beowulf and the Fight at Finnsburg*, Boston: D. C. Heath.

- KRAPP, George Philip (ed.), 1931. *The Anglo-Saxon Poetic Records I: The Junius Manuscript*, Nova York: Columbia University Press.
- MILLER, Thomas (trad.), 1959. *The Old English Version of Bede's Ecclesiastical History of the English People*, Oxford: Oxford University Press.
- PROENÇA 2005, Eduardo de (org.), 2005. *Apócrifos da Bíblia e pseudoepígrafos*, São Paulo: Fonte Ed..
- SEDFIELD, Walter John (trad.), 1900. *King's Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius*, Oxford: Clarendon Press.
- STURLUSON, Snorri, 1998. *Edda*, Londres: Everyman.
- SWEET, Henry (trad. e org.), 1958. *King Alfred's West-Saxon Version of Gregory's Pastoral Care*, Londres: Oxford University Press.
- TACITUS, 1970. *The Agricola and the Germania*, Londres: Penguin.
- WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.), 1955. *English Historical Documents*, Londres.
- _____, 1961. *The Anglo-Saxon Chronicle*, London.
- WINTERBOTTOM, Michael (trad. e ed.), 1978. *Gildas: The Ruin of Britain and Other Works*, Londres: Phillimore.

Bibliografia

- ABELS, Richard P., 1998. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman.
- ANLEZARK, Daniel, 2002. "Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons", *Anglo-Saxon England*, vol. 31, pp. 13 – 46.
- AUERBACH, Erich, 1997. *Figura*, São Paulo: Ática.
- _____, 2004. *Mimesis*, São Paulo: Perspectiva.
- BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael, 2007. *Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOCH, Marc, 1998. *Os Reis Taumaturgos*, São Paulo: Cia. das Letras.

- BROWN, Peter, 2003. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000*, Cambridge: Blackwell.
- CHASE, Collin, 1997. *The Dating of Beowulf*, Toronto: Toronto University Press.
- ELIADE, Mircea, 1972. *Mito e Realidade*, São Paulo: Perspectiva.
- FRANTEN, Allen J. & NILES, John D., 1997. *Anglo-Saxonism and the Construction of Social Identity*, Gainesville: University Press of Florida.
- FRYE, Northrop, 1981. *The Great Code: The Bible and Literature*, Toronto: Academic Press Canada.
- FULK, R. D. & CAIN, Christopher M., 2005. *A History of Old English Literature*, Oxford: Blackwell.
- GEARY, Patrick J., 2005. *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo*, São Paulo: Conrad.
- GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael, 1994. *The Cambridge companion to Old English Literature*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HOWE, Nicholas, 1989. *Migration and Mythmaking in Anglo-Saxon England*, New Haven: Yale University Press.
- HOWLETT, David, 1997. *The Celtic Tradition of Biblical Style*, Blackrock: Four Court Press.
- LAPIDGE, Michael, 2004. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*, Oxford: Blackwell.
- MOMIGLIANO, Arnaldo, 2004. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, Bauru: Edusc.
- PULSIANO, Phillip & TREHARNE, Elaine, 2001. *A Companion to Anglo-Saxon Literature*, Oxford: Blackwell.

SCHEIL, Andrew P., 2007. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press.

SCRAGG, Donald & WEINBERG, Carole, 2000. *Literary Appropriations of the Anglo-Saxons from the Thirteenth to the Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press

¹ BEDA, *Homaelia* 1.17, ll 203-204 (todas as traduções de citações em língua portuguesa presentes no texto, originalmente oriundas do latim e inglês antigo, são de nossa autoria; exceto pelas citações a partir de PROENÇA 2005).

² BEDA, *Homaelia* 1.17, ll 172-180 (Grifo nosso).

³ BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I: 14.

⁴ BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I: 15. Ver também 2 Reis 25: 8-10.

⁵ GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, I. 7.

⁶ GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 37. 3.

⁷ GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 70. 1.

⁸ GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 26. 1.

⁹ Mateus 1: 1-17

¹⁰ Mateus 1: 1-17.

¹¹ Gênesis 9: 18-19.

¹² Gênesis 10 – 11.

¹³ Beda, em seu terceiro livro de comentários sobre o Gênesis, trata da divisão do mundo entre os três filhos de Noé (BEDE 2008: 140-214).

¹⁴ “Jonitus recebeu de Deus o dom da sabedoria, (ele) também (recebeu) não apenas isso, mas também cada informação de astronomia e tornou-se um inventor” (ANLEZARK 2002: 28).

¹⁵ Teodoro de Tarso era de origem grega, nascido em torno de 602 no império bizantino. Teria estudado em Antióquia e talvez Edessa, tornando-se familiar do siríaco e do grego, e vivido também em Constantinopla (PULSIANO & TREHARNE 2001: 18-19). No ano de 667 ele vivia em Roma, quando chegou de viagem o arcebispo de Canterbury (de nome Wigheard). Este contrai a peste e morre no mesmo ano. O Papa Vitaliano (c. 657-672) então aponta Teodoro ao posto, consagrando-o arcebispo de Canterbury em 668, enviando-o para a Inglaterra (LAPIDGE 2004: 444-446).